

2^o CICS

CONGRESSO
INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

Educação e Pesquisa como
caminho para pacificação global

TRABALHOS
PREMIADOS
2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO





TRABALHOS PREMIADOS 2025





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS - NPA

Supervisão Editorial: Ana Kelma Cunha Gallas
Diagramação: Edson Rodrigues Cavalcante
Design Gráfico e artes: Ana Kelma Cunha Gallas
Capa: Odrânio Rocha
TI OMP Books: Eliezyo Silva



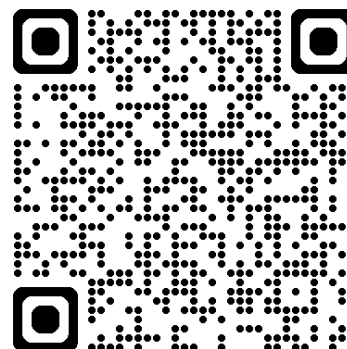
LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA
Contato: editora@lestu.org
Site: www.lestu.com.br
Livraria: www.lestu.org

Este título possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives* 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2025 UNIFSA/LESTU

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, realizado pelo Centro Universitário Santo Agostinho de 4 a 8 de novembro de 2025, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T279 GALLAS, Ana Kelma Cunha; GOMES, Alisson Dias; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; LIRA E SILVA, Antonieta; OLIVEIRA, Edjôfre Coelho de; SILVA, Indira Maria de Melo Lira Pereira da (ORGs.).

Trabalhos premiados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade: Educação e Pesquisa como caminho para a pacificação global. Teresina: Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA); Editora Lestu, 2025.

432 p. *online*.

ISBN: 978-65-85729-14-7

DOI: doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-14-7

Disponível em: <https://lestu.org/books/>

1. Congresso Internacional Ciência e Sociedade. 2. Pesquisa. 3. Inovação. 4. Sustentabilidade. 5. Ciência e Sociedade. I. Autores. IV. Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2. : 2025 : Teresina, PI).

CDD: 370

29

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA SOCIAL¹

*THE INVISIBILITY OF GENDER VIOLENCE AND ETHICAL-POLITICAL SUFFERING:
PERSPECTIVES FROM SOCIAL PSYCHOLOGY*

Laysa Grazielly Gomes Paz – UNIFSA²

Maria Letícia Macedo Moura – UNIFSA³

Isadora Melo Reis de Souza – UNIFSA⁴

Juscislayne Bianca Tavares de Moraes – UNIFSA⁵

¹ Trabalho apresentado nos GTS UNIFICADOS 9, 12, 13, 14, 20, 31 do 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2º CICS 2025), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 08 de novembro de 2025, em Teresina-PI.

^{2 a 4} Acadêmicas do curso de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

⁵ Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Integral Diferencial (FACID) . Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Gestão Social: Políticas Públicas, Saúde e Assistência Social pela Faculdade Aldemar Rosado (FAR). Possui Formação na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP Fortaleza). Atuou enquanto supervisora clínica na abordagem humanista junto a clínica escola de Psicologia Uninta. Especialista m Gestalt terapia com ênfase em psicoterapia (INSPIRAR). Atualmente é docente no Centro Universitário Santo Agostinho.

RESUMO

A presente investigação propõe uma análise da violência de gênero sob uma perspectiva interseccional, buscando identificar como a Psicologia pode contribuir para as discussões e intervenções acerca da invisibilidade dessa violência praticada contra determinados segmentos sociais. Parte-se da relevância de estudar a violência contra a mulher considerando-a em uma perspectiva interseccional, bem como enquanto fenômeno coletivo, social e estrutural. Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, configurando-se como uma revisão narrativa da literatura, de natureza bibliográfica. A análise dos dados foi realizada a partir da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin, e a interpretação ocorreu em uma perspectiva crítica. Os principais resultados revelam que a violência de gênero se manifesta não apenas na forma física, mas também por meio de atos simbólicos, ou seja, formas sutis de violência que são naturalizadas e reproduzidas de maneira recorrente no cotidiano. Além disso, identificou-se a necessidade de analisar esse fenômeno de forma ampla e interseccional, buscando compreender as categorias sociais de modo articulado, e não isolado, integrando não apenas a categoria gênero, mas também sua relação com outros marcadores sociais, como classe e raça. Por fim, destaca-se a importância das políticas públicas articuladas a ações de educação e conscientização. A Psicologia Social surge, nesse contexto, como instrumento de sensibilização da sociedade, propondo uma análise crítica do tema e a desnaturalização dessa violência por meio de suas práticas profissionais e da produção de novos conhecimentos científicos.

Palavras-Chave: Interseccionalidade. Gênero. Psicologia Social. Violência.

ABSTRACT

The present investigation proposes an analysis of gender-based violence from an intersectional perspective, seeking to identify how Psychology can contribute to discussions and interventions concerning the invisibility of such violence practiced against certain social segments. It is based on the relevance of studying violence against women by considering it through an intersectional perspective, as well as a collective, social, and structural phenomenon. This research is characterized by a qualitative approach, configured as a narrative literature review of a bibliographic nature. Data analysis was carried out using Bardin's Content Analysis technique, and the interpretation occurred from a critical perspective. The main results reveal that gender-based violence manifests not only in physical form but also through symbolic acts, that is, subtle forms of violence that are naturalized and recurrently reproduced in everyday life. Furthermore, it was identified the need to analyze this phenomenon broadly and intersectionally, seeking to understand social categories in an articulated, not isolated, way, integrating not only the gender category but also its relationship with other social markers, such as class and race. Finally, the importance of public policies articulated with education and awareness actions is highlighted. In this context, Social Psychology emerges as an instrument for raising society's awareness, proposing a critical analysis of the theme and the denaturalization of such violence through its professional practices and the production of new scientific knowledge.

Keywords: Intersectionality. Gender. Psychology Social. Violence.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Social constitui-se como um campo de conhecimento dedicado a investigar as relações entre indivíduo e sociedade, analisando como processos de exclusão, dominação e poder atravessam a vida psíquica e moldam identidades (Stralen, 2005). Sob essa perspectiva, a violência de gênero não pode ser reduzida a uma experiência isolada, pois reflete estruturas sociais e simbólicas que sustentam desigualdades e silenciam vivências femininas. Nesse contexto, a Psicologia emerge como instrumento crítico de investigação e reflexão sobre as consequências da invisibilidade imposta a grupos historicamente marginalizados, especialmente às mulheres, em uma sociedade ainda marcada pela permanência do patriarcado.

Compreender a violência de gênero exige diferenciá-la da violência contra a mulher, distinção fundamental para compreender as múltiplas formas de dominação e exclusão que atravessam a vida social. A violência de gênero refere-se a práticas estruturais de dominação sustentadas por normas e papéis sociais desiguais, ao passo que a violência contra a mulher diz respeito às agressões específicas dirigidas às mulheres em razão de sua condição social e simbólica de gênero (Almeida; Santos, 2022). Essa diferenciação amplia o olhar da Psicologia para além do contexto doméstico, permitindo reconhecer como padrões culturais e institucionais mantêm a invisibilidade de determinadas formas de violência, sobretudo aquelas que afetam as mulheres mais vulneráveis.

A invisibilidade social é conceituada por Bourdin (2010) como “um modo de aparição ínfima de uma pessoa no espaço público, mas, apesar de sua aparição – ainda que ínfima – ela inexistente”, evidenciando a marginalização estrutural de determinados grupos. Esse fenômeno se manifesta de forma particularmente intensa entre mulheres negras e mulheres trans, cujas experiências são sistematicamente desvalorizadas e apagadas. Estudos recentes evidenciam que esses grupos enfrentam múltiplas formas de discriminação, sendo compelidos a desenvolver estratégias de resistência para preservar visibilidade e autoestima (Nunes e Santos, 2023). De maneira complementar, Sousa e Damasceno (2024) destacam que a histórica restrição das mulheres ao espaço doméstico limitou sua participação social, política e econômica, perpetuando processos de exclusão e dificultando o reconhecimento de sua atuação como sujeitos ativos na esfera pública. Dessa forma, a invisibilidade feminina configura-se como um fenômeno interseccional, resultado da articulação complexa entre

gênero, raça e classe social, demandando análises que considerem suas dimensões estruturais e históricas.

As raízes dessa invisibilidade estão profundamente ligadas ao patriarcado e ao machismo, que configuram sistemas estruturais de dominação moldando as relações sociais e consolidando desigualdades econômicas, simbólicas e culturais (Brito, 2024). Essas estruturas restringem a autonomia feminina, impõem papéis tradicionais e marginalizam mulheres em diversos espaços, como educação, trabalho, saúde e política. Entre grupos de maior vulnerabilidade, como mulheres negras e trans, tais opressões são intensificadas, demonstrando que as desigualdades de gênero não são homogêneas. A abordagem interseccional permite compreender como gênero, raça e classe se entrelaçam na produção de múltiplas formas de violência e exclusão, exigindo uma leitura crítica e integrada do fenômeno (Silva, 2024).

As consequências dessas desigualdades se expressam no que Gomes et al. (2021) denominam sofrimento ético-político, que diz respeito às dores geradas pela negação de direitos, pela limitação da autonomia e pela exclusão social. Ele evidencia que o sofrimento das mulheres não é apenas pessoal, mas político, pois resulta de relações sociais que produzem injustiça e desumanização. Refletir sobre o sofrimento ético-político permite compreender de que modo a violência de gênero impacta a subjetividade, reforçando estruturas de poder e perpetuando a marginalização.

Diante desse cenário, o problema central desta investigação consiste em compreender de que maneira a Psicologia pode colaborar para a análise da invisibilidade da violência de gênero que incide de forma desigual sobre as mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. O estudo tem como objetivo geral analisar como a Psicologia, particularmente a Psicologia Social, pode contribuir para a compreensão e visibilização dessa violência a partir de uma perspectiva interseccional e crítica, considerando o sofrimento ético-político que atravessa essas experiências. Busca-se, ainda, refletir sobre a violência de gênero como fenômeno estrutural e coletivo, compreender o sofrimento ético-político como expressão das opressões vividas por mulheres negras, trans e de classes populares, e discutir o papel da Psicologia Social e das políticas públicas na construção de práticas de enfrentamento, acolhimento e emancipação feminina.

Esta investigação, de natureza bibliográfica, narrativa e descritiva, com abordagem qualitativa e reflexiva, analisa produções teóricas que discutem a violência de gênero a partir

da articulação entre exclusão social, patriarcado, interseccionalidade e sofrimento ético-político. A proposta busca ampliar o campo de reflexão sobre o papel social da Psicologia, contribuindo para o fortalecimento de práticas comprometidas com a equidade, a visibilidade e a transformação social.

Por fim, a relevância científica e social deste estudo reside em ampliar o entendimento da violência de gênero para além de seu aspecto individual, destacando-a como expressão de um sistema de desigualdades que se perpetua nas relações cotidianas. Ao situar o debate no campo da Psicologia Social, espera-se fomentar reflexões que fortaleçam práticas críticas, políticas públicas e ações sociais voltadas ao reconhecimento e à valorização das experiências femininas. Como destacam Cavalcanti e Oliveira (2017), compreender a violência de gênero sob a ótica da Psicologia é fundamental para enfrentar sua invisibilidade e promover transformações sociais efetivas e duradouras.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica. Busca compreender fenômenos sociais, culturais e subjetivos em profundidade, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos e os contextos em que estão inseridos. Diferente da abordagem quantitativa, que se baseia em estatísticas, a qualitativa prioriza a interpretação e a análise crítica (Minayo, 2014).

A coleta de informações ocorreu entre agosto e outubro de 2025, por meio de pesquisa online em artigos, livros e capítulos de livros, com destaque para periódicos acadêmicos e bibliotecas digitais, como SciELO e LILACS, além de outros repositórios de acesso aberto. Foram selecionados apenas estudos completos que abordassem violência de gênero sob perspectiva interseccional, publicados em português ou inglês, e que fossem relevantes para a análise do papel da Psicologia na intervenção social.

Optou-se pela revisão narrativa por permitir uma compreensão aprofundada e integrada das múltiplas dimensões da violência de gênero, articulando diferentes perspectivas teóricas e práticas, sem a limitação de critérios rígidos de sistematização. Essa abordagem possibilita analisar fenômenos complexos de forma crítica e contextualizada, integrando contribuições clássicas e atuais para uma visão mais consistente do tema.

Os dados foram organizados e analisados segundo a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), seguindo etapas de leitura exploratória, codificação temática e agrupamento por categorias centrais. Esse procedimento possibilitou integrar as contribuições dos autores, identificar padrões conceituais e construir uma interpretação crítica do fenômeno estudado. A análise considerou a articulação entre gênero, classe e raça, reconhecendo a violência de gênero como um fenômeno social e estrutural. A leitura e síntese dos materiais permitiram identificar conceitos relevantes e consolidar uma compreensão crítica e articulada, refletindo a perspectiva da Psicologia Social que orientou toda a interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência de gênero impacta profundamente a saúde mental e física das mulheres, gerando depressão, ansiedade, isolamento e sofrimento ético-político. Esses efeitos ultrapassam o âmbito individual, refletindo dimensões sociais, culturais e institucionais. Para melhor compreensão dessa complexidade, os resultados foram organizados em categorias, que permitem aprofundar a análise da literatura a partir de diferentes perspectivas sobre a violência de gênero e suas implicações.

Patriarcado, desigualdades de gênero e violência simbólica

Os resultados indicam que as desigualdades de gênero se perpetuam de maneiras sutis, muitas vezes invisíveis, mas profundamente incorporadas ao cotidiano das mulheres. Mais do que atos isolados de agressão, a dominação masculina se manifesta em padrões de comportamento, discursos e representações sociais que moldam percepções, atitudes e relações interpessoais. Nesse sentido, a violência simbólica, conforme Bourdieu (2001), atua de forma silenciosa, mas eficaz, na manutenção das hierarquias sociais, naturalizando a subordinação feminina e consolidando desigualdades que atravessam diferentes espaços da vida social.

Ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, Beauvoir (1980, apud Balbinotti, 2018) evidencia que a condição feminina não é determinada por fatores biológicos, psíquicos ou econômicos, mas construída social e historicamente. Ser mulher é resultado de normas e expectativas culturais que moldam comportamentos, papéis e

identidades. Dessa forma, a violência de gênero pode ser compreendida como consequência direta desse processo de construção social, pois a mulher é constantemente colocada em posição de subordinação.

No Brasil, a cultura patriarcal é um fator central na perpetuação das desigualdades de gênero, estabelecendo normas que vinculam o poder aos homens e a submissão às mulheres. Essa estrutura cultural se reflete de diversas formas, incluindo violência doméstica, feminicídio e limitações à participação social, política e econômica das mulheres (Viana; Costa, 2024). A submissão feminina não ocorre apenas de forma explícita, mas está naturalizada em comportamentos, discursos e expectativas sociais que reforçam a posição subalterna das mulheres.

Muraro (2015, apud Balbinotti, 2018) evidencia que a divisão entre espaço público e privado sustenta essas desigualdades. O espaço público, historicamente associado aos homens, envolve política, trabalho e tomada de decisões sociais; o espaço privado, atribuído às mulheres, concentra-se nos cuidados domésticos e familiares. Essa separação restringe a autonomia feminina, cria dependência e legitima a dominação masculina como norma social.

Nesse contexto, a violência simbólica, conforme conceituada por Bourdieu (2001), atua como um mecanismo de manutenção dessa ordem, pois se manifesta em formas sutis e naturalizadas de opressão, legitimando desigualdades por meio de discursos, valores culturais e práticas cotidianas. Assim, a articulação entre patriarcado e violência simbólica revela como a dominação masculina se reproduz de maneira invisível, consolidando a inferiorização das mulheres e contribuindo para a perpetuação da violência de gênero nas esferas privada e pública (Brito, 2024)

De forma complementar, Saffioti (1979, apud Balbinotti, 2018) destaca que essas estruturas não se manifestam apenas simbolicamente, mas também economicamente, garantindo privilégios a determinados grupos de homens e restringindo oportunidades para as mulheres. O machismo cotidiano reforça a naturalização da desigualdade, impactando diretamente o acesso das mulheres à educação, trabalho, cargos de decisão e participação política, consolidando um ciclo de opressão que atravessa diferentes dimensões da vida social.

A articulação entre violência simbólica e patriarcado demonstra como a desigualdade de gênero é perpetuada de modo silencioso, porém eficaz, reforçando a necessidade de desconstrução crítica desses padrões. Nesse cenário, cabe à Psicologia Social, em diálogo

com outros campos do saber e com políticas públicas, contribuir para a desnaturalização da violência, para a valorização das experiências femininas e para a construção de práticas emancipatórias que promovam equidade e justiça social.

Psicologia Social e vulnerabilidade feminina

A Psicologia Social permite compreender como discursos, representações e práticas naturalizam a desigualdade. Ela evidencia que o “ser mulher” é um espaço de vulnerabilidade, onde a violência não aparece apenas como ato isolado, mas como expressão de estruturas sociais que definem e limitam a existência feminina. Estudos qualitativos revelam impactos significativos em múltiplas dimensões da vida, incluindo saúde física e mental, relações familiares e inserção social, com relatos de hipertensão, depressão, isolamento social e perda do desejo sexual (Guedes; Silva; Fonseca, 2009).

O sofrimento das mulheres é, portanto, não apenas individual, mas expressão do sofrimento ético-político, evidenciando como estruturas de poder, normas culturais e expectativas sociais moldam o cotidiano feminino (Gomes et al., 2021). Isso reforça a compreensão de que a experiência individual está intrinsecamente ligada a processos coletivos e históricos.

O conceito de sofrimento ético-político, proposto por Sawaia (2001), refere-se às dores e angústias vividas por sujeitos em decorrência da exclusão social, da negação de direitos e da dificuldade de se reconhecerem como cidadãos plenos. Esse sofrimento não é apenas individual, mas coletivo, pois expressa as marcas da desigualdade e da injustiça social. Quando analisado sob a lente da interseccionalidade, proposta por Crenshaw (2002), torna-se evidente que os efeitos dessa exclusão são intensificados pela sobreposição de marcadores sociais, como gênero, raça e classe. Assim, a interseccionalidade permite compreender como diferentes formas de opressão se entrecruzam e ampliam o sofrimento ético-político, evidenciando a necessidade de práticas críticas e contextualizadas em Psicologia Social, capazes de enfrentar tais desigualdades estruturais.

Neste escopo, a interseccionalidade surge como um modo de compreender a interação entre formas de subordinação, como sexismo, racismo e patriarcalismo. Os fatores de gênero, raça e classe não devem ser analisados isoladamente, pois as opressões se reforçam mutuamente (Crenshaw, 2002).

Mulheres de classe social mais baixa dependem financeiramente de seus parceiros, dificultando a saída de ciclos de violência (Cavalcanti e Oliveira, 2017). Mulheres negras, historicamente marginalizadas pelo feminismo hegemônico e pelo movimento negro, enfrentam maiores índices de violência e invisibilização (Carneiro, 2003, apud Moraes; Silva, 2017). Mulheres trans também sofrem violência intensificada devido à transfobia e exclusão social, reforçando a necessidade de compreender o feminicídio de forma interseccional (Tavares e Rabelo, 2024).

Diante do exposto, torna-se evidente que a violência de gênero, quando analisada sob a perspectiva da interseccionalidade e do sofrimento ético-político, revela-se como expressão das desigualdades estruturais que atravessam a vida das mulheres em suas diferentes condições sociais, raciais e identitárias. Essa análise reforça a necessidade de superar leituras fragmentadas e individualizantes, promovendo uma compreensão crítica que articule os múltiplos marcadores sociais de opressão. Assim, cabe à Psicologia Social, em diálogo com as políticas públicas e os movimentos sociais, atuar não apenas na escuta e no acolhimento, mas também na produção de conhecimento e em práticas transformadoras que desnaturalizam a violência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

Psicologia, violência e possibilidade de intervenção no campo das políticas públicas

Ao analisar relatos de experiência de profissionais e estagiários de Psicologia, observa-se que a violência de gênero se manifesta de maneira estruturada e cotidiana, ultrapassando episódios explícitos de agressão física. Cipolla et al. (2020), a partir de experiências em estágio na Delegacia da Mulher, relatam como barreiras institucionais, culturais e burocráticas dificultam a denúncia e o acolhimento adequado das vítimas.

Essas condições reforçam que o sofrimento das mulheres não se limita ao ato de violência, mas se estende às situações sociais, econômicas e institucionais em que estão inseridas, evidenciando a dimensão estrutural do fenômeno.

De forma complementar, Labiak, Mendes e Silva (2020), em práticas de extensão universitária, destacam a relevância de espaços de escuta que permitem às mulheres expressar experiências frequentemente invisibilizadas. A escuta ativa nesses contextos possibilita registrar vivências individuais e coletivas, oferecendo aos profissionais de

Psicologia informações sobre como a violência atravessa múltiplas dimensões da vida cotidiana, desde a saúde mental até as relações familiares e a inserção social.

Os relatos de Cipolla et al. (2020) e Labiak, Mendes e Silva (2020) indicam que a violência de gênero não pode ser compreendida apenas como fenômeno individual, mas como um processo socialmente estruturado. Investigações sobre relações de gênero e violência psicológica indicam que essas experiências estão profundamente conectadas a normas culturais e relações de poder que sustentam desigualdades de gênero (Neves; Coutinho, 2024). A abordagem psicossocial permite analisar essas vivências considerando os fatores sociais e institucionais que moldam e perpetuam a violência, em vez de tratá-las como ocorrências isoladas.

Políticas públicas, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), representam importantes avanços no enfrentamento da violência de gênero, ao estabelecer instrumentos legais de proteção às vítimas, medidas protetivas efetivas e incentivar a criação de serviços de apoio especializados. No entanto, apesar da existência dessas normas, a efetividade das políticas ainda é comprometida por fatores estruturais e culturais, como a persistência de valores patriarcais, a dependência econômica das mulheres em relação aos agressores e o medo de retaliação, que podem impedir a denúncia e a busca por proteção. Além disso, a aplicação prática da lei enfrenta desafios institucionais, como a sobrecarga de órgãos de atendimento e a falta de capacitação adequada de profissionais, o que limita o alcance real das medidas legais (Fernandes et al., 2025).

Para que essas políticas sejam realmente efetivas, é necessário articulá-las com ações educativas, programas de conscientização e iniciativas que promovam mudanças socioculturais. Sem essas medidas complementares, a lei pode se tornar simbólica, oferecendo proteção formal sem alterar significativamente a realidade vivida pelas mulheres (Fernandes et al., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta revisão narrativa, algumas conclusões foram extraídas e concluídas através de discussões pertinentes de forma crítica. O principal objetivo exposto é compreender a violência de gênero de maneira abrangente e não individualizada, evitando estereótipos e a naturalização da violência. Os trabalhos pesquisados reforçaram a

importância de primeiramente entender conceitos como; gênero, interseccionalidade, invisibilização e patriarcado, relacionando-os de forma clara e direta com a contextualização histórica da violência, criação de leis e novos direitos conquistados, partindo do conhecimento da psicologia social e jurídica, duas áreas da psicologia importantes e que dialogam entre si, pois mostram que a violência de gênero apresenta diversas faces decorrentes da exclusão social e dominação patriarcal e machista, marcando a vítima de maneira física e mentalmente.

Os resultados abrem espaço para o questionamento e entendimento de como as políticas públicas são aplicadas e como as práticas sociais constantemente reforçam o sofrimento ético-político das vítimas, além de exporem a dificuldade em encontrar trabalhos que exemplificam devidamente como essas políticas e práticas ajudam as vítimas e se são aplicadas corretamente e não de maneira banalizada, garantindo a segurança, apoio e acolhimento partindo da equipe multiprofissional.

É necessário mais estudos que abordem a interseccionalidade diante do exposto, para que se entenda os manejos de uma sociedade excludente e inviabilizadora, que disponibilizam pouca ou nenhuma rede de apoio familiar e profissional, retomando novamente ao papel do psicólogo e da equipe multiprofissional como facilitador e mediador do coletivo social, que utilizam abordagens humanizadas, inclusivas e críticas em respeito às vítimas da violência de gênero, que dão a voz para essas vítimas fortalecendo o olhar de que elas são sujeitos políticos com direitos a segurança, autonomia e emancipação promovidos pelo Estado. Além de desconstruir a visão enraizada acerca da violência de gênero de que é um fator comum e que poucas intervenções podem ser aplicadas nesse cenário, juntamente com o ideal teórico que mantém parte da população longe da realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T.; SANTOS, B. Violência contra a mulher: um olhar interseccional sobre gênero, raça e vulnerabilidade. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 34, e026, 2022.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 239–264, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v25i31.p239>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRITO, F. A. de. **Machismo estrutural e suas manifestações cotidianas**: um estudo sobre

microagressões em espaços públicos e institucionais. 2024. Disponível em:
<https://philarchive.org/rec/AMAMEE>. Acesso em: 8 out. 2025.

BOURDIN, J.-C. La invisibilidad social como violencia. **Univ. philos.**, Bogotá, v. 27, n. 54, p. 15-33, jun. 2010. Disponível em:
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53232010000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2025.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAVALCANTI, E. C. T.; OLIVEIRA, R. C. **Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, v. 2, n. 2, p. 192-206, 2017. Disponível em:
<https://doi.org/10.24219/rpi.v2i2.194>. Acesso em: 01 set. 2025.

CIPOLLA, G. R. et al. Psicologia e violência contra a mulher: relato de experiência de um estágio em delegacia. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 17, n. 36, p. 145-158, 2020. Acesso em: 3 set. 2025.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 1, p. 177-188, 2002.

FERNANDES, S. C. S. et al. Violência contra a mulher baseada no gênero: uma revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 5, 2025. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1413-81232025305.02142025>. Acesso em: 10 ago. 2025.



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO